



CONTRATO N.º/.....

PAD Nº 9433/2022

Minuta do Contrato

Anexo VI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/22, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD nº 009433/2022 e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em, na Rua, e-mail@....., telefone(s)....., neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF n.º ***.....**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar serviços de engenharia para execução da cobertura da passarela que liga o edifício sede ao prédio anexo, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Contrato e demais anexos.

1.2. A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3. De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2. Do Local da prestação dos serviços: os serviços deverão ser prestados no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Rua João Parolin, 224. Curitiba - PR. CEP 80220-902.

2.3. Da fiscalização e gestão do contrato: Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;

2.3.1. Os serviços serão acompanhados pela chefia da Seção de Obras e Projetos e/ou pelos seus substitutos, que serão os gestores da contratação, mediante assistência e subsídios de empresa contratada para esse fim.

2.3.2. O detalhamento da fiscalização/gestão está previsto no Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

3.1. As obrigações e responsabilidades da contratada bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato vigorará pelo período de 4 (quatro) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido ou prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º e incisos, da Lei nº 8666/93.

4.2. O prazo de execução dos serviços será de até 1,5 meses (um mês e meio), contados a partir da data definida em ata de reunião inicial realizada entre a fiscalização e contratada.

4.3. Caso exista solicitação de suspensão da execução do objeto a pedido da fiscalização em razão do período eleitoral, o prazo de execução prorrogar-se-á automaticamente pelo mesmo período da suspensão ocorrida.

4.4. A suspensão de execução do contrato a pedido da fiscalização não prorroga o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa com o presente instrumento correrá à conta do Programa de Trabalho 02122003320GP0041,

Elemento de despesa: 44.90.51.92,

Nota de Empenho, de .../.../...

Categoria econômica: Investimento.

Código SIASG: 1627

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....), de acordo com o cronograma físico-financeiro e proposta detalhada, os quais fazem parte integrante deste contrato.

6.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra, conforme projetos e especificações constantes deste contrato, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR.

6.1.2. A forma de pagamento será realizada após medições realizadas de acordo com o cronograma físico-financeiro, o recebimento definitivo e final dos serviços sem qualquer pendência representa o pagamento de 10% do valor da contratação.

6.1.3. Salvo autorização da fiscalização, não serão pagas execuções de etapas posteriores do cronograma físico financeiro sem a conclusão de etapa anterior.

6.1.4. O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de tributos e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.2. Do documento fiscal:

6.2.1. A nota fiscal deve ser enviada para o e-mail sop@tre-pr.jus.br. Após o envio a empresa deve confirmar o recebimento via telefone, ou outro meio que ateste o recebimento do e-mail.

6.2.2. O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.2.3. Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;
- c. CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;
- f. Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;

- g. Número do contrato e,
- h. Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

6.2.4. Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:

6.2.4.1. Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Justiça do Trabalho, Documento de Arrecadação de Receitas Federais, o relatório da declaração completa - DCTFWeb, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

6.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte à prestação dos serviços.

6.2.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.2.7. Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

6.2.8. Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.2.9. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

6.2.10. O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

6.3. Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.4. Da regularidade fiscal:

6.4.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.4.2. A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.4.3. Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.4.4. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF
- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.4.5. O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTAMENTO

7.1. O reajuste dos contratos com vigência de até 01 (um) ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso e nas condições de legislação federal.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei no 8.666/93.

8.2. Com fundamento no acima disposto, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

a. **ADVERTÊNCIA:** Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

b. **MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10 (dez) dias, quando não houver o fornecimento de placa de sinalização da Obra.

b.2. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total contratado, limitado a 10 (dez) dias, em razão de:

I. demora injustificada no início da execução superior a 10 (dez) dias do comunicado do Gestor;

II. atraso na execução do cronograma físico-financeiro, considerando o prazo para a etapa pertinente, a partir do primeiro dia de atraso injustificado;

III. atraso injustificado na entrega do objeto.

b.2.1. Ultrapassados os prazos máximos previstos nos itens **b.1 e b.2**, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor das etapas remanescentes do contrato, sendo avaliado, pelo gestor do contrato, a continuidade dos serviços ou rescisão unilateral.

b.3. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado em razão da não entrega do ART ou RRT, RDS, documento comprobatório do descarte ou não entrega de EPIs a qualquer empregado.

b.3.1. Incidirá a mesma sanção, caso se verifiquem outros atos injustificados que causem paralisação na obra ou nas atividades do Tribunal, bem como se o preposto ou o responsável técnico não comparecer à reunião inicial designada.

b.4. Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por trabalhador que não utilizar EPI's obrigatórios, além da retirada do mesmo do campo de trabalho.

b.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item entregue e/ou colocação de diferente do proposto ou de qualidade inferior ao especificado no projeto;

b.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por quaisquer danos à obra ou aos bens do TRE/PR, sem a reposição do bem pertinente em até 30 (trinta) dias após a notificação;

b.7. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa à execução dos serviços inerentes à garantia/solidez da obra;

b.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas;

b.9. Decidida pela rescisão unilateral da contratação, devido ao inadimplemento decorrentes dos fatos descritos nos itens b.1 e b.2, a sanção será de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor das etapas remanescentes do contrato, podendo ser cumulada com o impedimento de licitar e contratar com a União.

b.10. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total ou pela cessação da execução da obra, que implique rescisão contratual;

c. Impedimento de licitar e contratar com a União: Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

8.3. As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei no 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

8.4. A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Será também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

11.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba,de de 202..... .

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
p/Contratante

¹. Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.